

09 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

CORRUPÇÃO

# TJ suspende ação da Publicano 2; cinco são presos na fase 3

Desembargador do Órgão Especial do tribunal acatou argumento da defesa do auditor José Luiz Favoreto, de que MP de Londrina e juízo da 3ª Vara Criminal extrapolaram sua competência ao investigar e receber denúncia contra autoridades com foro privilegiado: os deputados estaduais Tiago Amaral e Ratinho Júnior (licenciado). Favoreto e outras quatro pessoas foram detidas ontem, na deflagração da fase 3 da operação, que tem o objetivo de recuperar mais de R\$ 6 milhões

09 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA  
**Desembargador  
suspende  
processo da  
Publicano 2**



MP e 3ª Vara Criminal de Londrina teriam extrapolado competência ao investigar os deputados Tiago Amaral e Ratinho Júnior que têm foro privilegiado

*"É injustificável essa decisão do Tribunal de Justiça", lamentou o coordenador do Gaeco de Londrina, Jorge Fernando Barreto da Costa*



*"A competência, desde o início, deveria ter sido deslocada para o TJ", defendeu o advogado Walter Bittar, autor do questionamento no TJ*

*Cabe à Procuradoria-Geral de Justiça apresentar recurso contra a suspensão do processo criminal*

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

09 OUT 2015

Loriane Comeli e  
Edson Ferreira  
*Reportagem Local*

**C**om o entendimento de que dois deputados estaduais – Tiago Amaral (PSB) e Ratinho Júnior (PSC), atualmente licenciado do cargo por ocupar a Secretaria de Desenvolvimento Urbano no governo de Beto Richa (PSDB) – foram investigados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina como suspeitos na Operação Publicano 2, o desembargador Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira, que atua no Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, suspendeu o processo, que tramita na 3ª Vara Criminal de Londrina e acusa 125 réus (sendo 57 auditores) de integrar esquema de cobrança de propina de empresários da região Norte do Paraná para facilitar a sonegação fiscal.

A liminar, cujo texto foi publicado no site do TJ no início da tarde de ontem, foi concedida em reclamação ajuizada pela defesa do auditor José Luiz Favoreto, preso novamente ontem, na terceira fase da Publicano (leia mais nesta edição). O advogado de Favoreto, Walter Bittar, argumentou que o Ministério Público (MP) de Londrina e o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nannucio, extrapolaram sua competência ao investigar e ao receber a denúncia, respectivamente, contra autoridades com foro privilegiado. Ratinho Jr. e Amaral, por serem deputados, têm foro

de responder a ações criminais no TJ: não podem ser investigados ou processados em primeira instância. “Desde o começo das investigações temos alertado que o Ministério Público investigou pessoas com foro por prerrogativa de função. A competência, desde o início, deveria ter sido deslocada para o TJ”, defendeu Bittar.

Na decisão, o desembargador faz um longo preâmbulo em favor do combate à corrupção e elogia o fato de que “toda a sociedade que, em boa hora clama por um basta na malversação do erário”, porém, condena, com veemência, “impulsos ou atos praticados à margem da lei, ainda que se apresentem como atraentes atalhos para a realização da justiça”. Argumenta Vieira que “há cristalina evidência de envolvimento de detentores de foro privilegiado na atividade delitiva ora investigada”.

O julgador também refuta os argumentos do Ministério Público e do juiz ao responderem a reclamação. Sobre a ponderação de que a denúncia não inclui os dois deputados como réus e, por isto, não teria havia usurpação da competência, o desembargador escreveu que é competência exclusiva do Órgão Especial do TJ decidir sobre eventual desmembramento de investigação que envolva autoridade com foro privilegiado: “Não é dada ao magistrado singular a opção de desmembramento do feito”. Ele também assegurou que o fato de haver inquérito civil

(sigiloso) instaurado pela Procuradoria-Geral de Justiça para apurar a conduta dos deputados “antes de afastar reforça a pecha de irregularidade no processamento do feito”.

Para o promotor e coordenador do Gaeco de Londrina, Jorge Fernando Barreto da Costa, não existem elementos para a suspensão da ação penal da fase dois da Publicano. Em entrevista coletiva à imprensa, Barreto reforçou que os parlamentares não estão entre os denunciados pelo Ministério Público (MP) do Paraná, embora os dois tenham sido citados em depoimentos. “É injustificável essa decisão do TJ.”

O promotor esclareceu que após o aparecimento dos nomes dos deputados nas investigações, os encaminhamentos foram diferentes. Enquanto que a situação envolvendo Amaral foi comunicada à Procuradoria-Geral de Justiça, que atua junto ao TJ, para apuração específica, a participação de Ratinho Jr. sequer foi interpretada como suposta ação criminosa. De acordo com Barreto, “o fato que o envolve (Ratinho) não foi considerado crime, no máximo, improbidade administrativa, e ainda assim, depois de um análise mais aprofundada”. “Não houve qualquer encaminhamento nem investigação de nossa parte em razão do foro”, completou Barreto.

**CONTINUA**

**09 OUT 2015**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **CONTINUAÇÃO**

Bittar acrescentou que havia pedido a nulidade de toda a fase dois da Publicano, pedido não apreciado na liminar. “O efeito prático dessa decisão é a suspensão imediata do processo. Havíamos pedido a anulação de todo o processo, mas, o desembargador não apreciou esse pedido, que será analisado no julgamento do mérito da reclamação”, afirmou.

Segundo o promotor, cabe à Procuradoria-Geral de Justiça apresentar recurso contra a suspensão do processo criminal. O promotor ressaltou que a liminar não interfere na sequência das investigações do Gaeco.

O processo relativo à Operação Voldemort, que apura suposta fraude na contratação da oficina do empresário Luiz Abi Antoun (também réu na Publicano 2), parente distante de Beto Richa, também está suspensa por liminar do TJ. O motivo é o mesmo: o suposto envolvimento de autoridade com foro privilegiado.

**CONTINUA**

09 OUT 2015

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

# 'Evidência cristalina de envolvimento de deputados'

Na liminar concedida ontem, o desembargador Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira argumenta que "há cristalina evidência de envolvimento de detentores de foro privilegiado na atividade delitiva ora investigada". Ele cita que Ratinho teria "interferido para a cessação de fiscalização da Receita do Estado na empresa Janbonés", fabricante de bonés em Jandaia do Sul (Norte), cidade onde o secretário nasceu e passou a infância.

A citação de Ratinho foi feita pelo auditor Luiz Antonio de Souza, delator e réu colaborador das investigações do Gaeco. Ele disse que após o início da fiscalização na fábrica, o empresário ligou para Ratinho, que pediu a Abi Antoun, parente distante de Beto Richa e apontado como líder político do esquema na Receita, que interferisse na fiscalização. Abi teria determinado ao então delegado da Receita de Londrina, Márcio de Albuquerque Lima, que pusesse fim à auditoria, o que teria acontecido.

Em nota, o secretário disse que "desconhece o inteiro teor das investigações ou denúncias objeto da chamada Operação Publicano" e que "ele não é parte, acusado ou sequer testemunha em tal procedimento". Sobre a liminar de Vieira, a nota alega que "o desembargador, ao mencionar o deputado Ratinho Junior, apenas fez referência ao que, em tese, teria lhe sido atribuído pelo delator". E completa: "Não há em tal decisão judicial qualquer juízo de valor ou atribuição de responsabilidade ao deputado Ratinho Junior".

### AMARAL

Quanto a Tiago Amaral, conforme já noticiou a FOLHA, além de Souza, ele foi citado em depoimento pelo dono de uma revendedora de máquinas agrícolas de Londrina, que afirmou que antes de ser eleito deputado Amaral levou R\$ 33 mil em propina para auditores fiscais. O próprio parlamentar, que era advogado, é que teria intermediado a negociação ilícita entre o empresário e os audi-

tores. Depois da propina, créditos tributários de R\$ 320 mil teriam sido liberados ao empresário.

Para o relator da liminar, o fato de o empresário também ter citado Amaral "reforça ainda mais a necessidade de apuração dos fatos, até pela evidente imputação de conduta criminosa ao deputado".

Os episódios de pagamento de propina envolvendo a revendedora de máquinas agrícolas foram narrados no processo da Publicano 2 como casos de concussão, em que o empresário é citado como "vítima" dos auditores e Amaral é arrolado como testemunha.

A defesa de Amaral diz que "ele jamais concordou ou entregou qualquer valor". A primeira vez que o nome de Tiago Amaral apareceu no contexto da Publicano foi por sua campanha eleitoral de 2014 ter recebido R\$ 8 mil da Masterinvest, empresa de fachada do auditor Luiz Antonio de Souza. O parlamentar nega qualquer irregularidade. (L.C.)

09 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Lotérica era usada para lavar dinheiro, diz Gaeco

**Após ser preso por envolvimento em escândalo sexual, ex-delegado da Receita Estadual é detido por corrupção na delegacia de Londrina**

Edson Ferreira  
Reportagem Local

O ex-delegado da Receita Estadual José Luiz Favoreto Pereira, preso preventivamente ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), na delação da fase três da Operação Publicano, usava uma lotérica de Curitiba e bens de luxo para lavar dinheiro desviado por meio do esquema de corrupção na delegacia de Londrina. Esta fase da apuração tem o objetivo de identificar a destinação e recuperar ao erário mais de R\$ 6 milhões.

A casa lotérica está no nome do irmão de Favoreto, Antonio Luiz Junior Favoreto e da esposa Leila Pereira, também presos. Houve apreensão de um jet-ski, um barco e de um automóvel Jaguar, além do sequestro e arresto de imóveis e bloqueio de contas bancárias. No total, cinco pessoas foram detidas. O ex-delegado, que já responde ação penal sobre o escândalo na Receita Estadual, ficou preso na primeira fase da Publicano e também por envolvimento no caso de exploração sexual de menores.

Segundo o Gaeco, braço do Ministério Público (MP) do Paraná, o suposto núcleo criminoso girava em torno do ex-delegado e envolve ainda o advogado André Arruda e os empresários Sarquis José Samara e a esposa Marilúcia. Arruda foi detido em Londrina e Sarquis foi preso pela polícia de Sorocaba (SP), num Spa. Marilúcia era considerada foragida até ontem à tarde.

Conforme o promotor de Justiça e coordenador do Gaeco, Jorge Fernando Barreto da Costa, as investigações revelaram que a ocultação do dinheiro ilícito era coordenada por Favoreto, com "a facilitação dos demais investigados". Uma empresa registrada na Junta Comercial de Londrina, a PFPJ Soluções Tecnológicas, em nome de Antonio e de Leila, também servia ao grupo para emissão de notas fiscais frias por serviços não prestados para dar aparência de legalidade ao dinheiro fruto de corrupção. "Eram feitas aquisição de imóveis com valores inferiores ao de mercado, emissão de notas frias e comercialização de títulos por valores ínfimos", disse Barreto.

Os crimes investigados pelo Gaeco na fase três são lavagem

de dinheiro, organização criminosa e falsidade documental. Todos os mandados foram expedidos pela 3ª Vara Criminal de Londrina; 12 de busca e apreensão para Londrina e Curitiba, sete conduções coercitivas para Londrina, Arapongas e Ibiporã, além das ordens de sequestro e arresto de bens.

O advogado Walter Bittar, que defende Favoreto e familiares, informou que comentaria sobre o caso apenas após ter acesso aos pedidos de prisão. Os defensores dos demais investigados não foram localizados.

## HISTÓRICO

As duas fases anteriores resultaram em denúncias criminais contra mais de 150 pessoas, sendo 60 auditores fiscais acusados de participação no esquema de corrupção da Receita Estadual em Londrina. Todos atuavam, segundo o MP, em distribuição de tarefas e de maneira hierarquizada, para facilitar a sonegação fiscal ou reduzir a imposição de penalidades tributárias às empresas, mediante o pagamento de propina. (Colaborou Loriane Comeli)

09 OUT 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## MAZZA

### Razões da paróquia

Aos paroquianos da terra, o enquadramento da presidente Dilma Rousseff seja para responder processo no Tribunal Superior Eleitoral ou ser condenada pelo Tribunal de Contas da União tudo isso pode, mas levar o caso dos dólares (nada menos que R\$2 milhões) trambicados de contribuintes de Londrina para o caixa da campanha de Beto Richa soa herético, inaceitável. Evidente que esse veto é de agregados ao governo que acham normalíssimo Beto Richa partilhar os seus momentos de lazer com gente envolvida no roubo dos fiscais e nos que desviam recursos das construções escolares, e isso também expresso como metáfora no caso Ezequias amparado ao desespero para evitar que seja julgado por meter a mão na grana da sogra fantasma que ignorava a ignomínia do genro e dela se beneficiava.

O Brasil vive um momento novo: até então nenhum presidente teve suas contas reprovadas no TCU. Por que, afinal, de contas não poderia a denúncia da Operação Publicano ser encaminhada à Procuradoria Geral da República? E ela foi providenciada pela Procuradoria da Justiça estadual que se viesse a omitir-se estaria prevaricando. O fato em si é grave: segundo delação premiada parte do achaque a contribuintes foi drenado para a campanha eleitoral. E aí vem aquela história de que a prestação de contas foi aprovada e os tucanos o repetem como fazem os lulopetistas em relação aos seus apanhados com a mão no pote. Se há um vício de origem, delinquente, criminoso, que era desconhecido dos julgadores, as contas podem ser fulminadas.

Beto Richa, procurado pelos meios de comunicação, afirmou confiar na Justiça. O Gaeco e o povo também conservam essa esperança.

### Sequelas

O fato se deu em Londrina e a autoridade, em função da rebelião presidiária, se manifestou em Curitiba. No mínimo estranho, havendo até quem achasse que havia receio de falar no teatro de operações. Com as novas fugas de ontem (mais dez) percebeu-se que as dimensões da ocorrência vão muito além do que imaginam as autoridades policiais. A morte do presidiário lançado do alto pelos rebelados acrescenta a medida trágica de tudo.

É visível que também aí que o governo continua mal e o ato de esvaziar a pasta da Justiça em favor do Depen transferido à Segurança nada resolveu. Teremos mais.

# FOLHA DE LONDRINA

## OAB cria comissão para discutir impeachment

Brasília - Após o Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitar as contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu ontem criar uma comissão para avaliar se pedirá o impeachment da petista ao Congresso. Esse colegiado será responsável por elaborar um parecer depois de analisar os elementos que levaram o TCU a recomendar ao Congresso que o balanço seja reprovado. Os trabalhos da comissão devem durar 30 dias. O grupo terá que apontar se Dilma tem responsabilidade e, portanto, deve ser alvo de um pedido de impeachment ou se não há base jurídica para requerer o impedimento. A decisão final, no entanto, será do plenário do Conselho Federal da OAB, que votará o parecer. "É indiscutível a gravidade da situação consistente no parecer do TCU pela rejeição das contas da presidente da República por alegado descumprimento à Constituição federal e às leis que regem os gastos públicos. A OAB, como voz constitucional do cidadão, analisará todos os aspectos jurídicos da matéria e a existência ou não de crime praticado pela presidente da República e a sua implicação no atual mandato presidencial", afirmou o presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

O resultado do julgamento do TCU também tem sido utilizado por líderes da oposição na promessa de avançar com o pedido de impeachment.

09 OUT 2015

## IN FORME

### Costa progride para semiaberto

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, que já foi condenado em três sentenças proferidas nas investigações da Operação Lava Jato por envolvimento no megasquema de desvios de recursos de obras da Petrobras, progrediu para o regime semiaberto.

### Fruto de acordo

A soma das penas de Costa atinge 26 anos, entretanto, como ele firmou acordo de colaboração premiada com o Ministério Público Federal (MPF), ficou apenas um ano no regime de prisão domiciliar. A partir de agora ele está liberado para passar os dias fora de casa, mas devendo retornar sempre a partir das 20h e nos finais de semana, e continua utilizando a tornozeleira eletrônica. A partir de outubro de 2016 ele progredirá para o regime aberto até o restante da pena a cumprir.

### Delator citou 28 políticos

Em depoimentos de seu acordo de colaboração, Costa citou 28 deputados e senadores supostamente beneficiários da corrupção na estatal petrolífera, a maioria do Partido Progressista (PP). O ex-diretor foi preso pela primeira vez em março de 2014, ficou dois meses na cadeia, conseguiu um habeas corpus, mas foi preso novamente em maio. Ao todo, ele ficou seis meses na cadeia, um ano em prisão domiciliar.



# “O Beto tá com a gente”, teria dito auditor fiscal ao entrar na prisão

Assessoria de Richa rebate as declarações, feitas por delator da Operação Publicano

| Catarina Scortecchi

Uma declaração feita pelo principal delator da Operação Publicano, o auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, sugere que haveria uma ligação direta do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), com o grupo de servidores acusados de corrupção na Receita Estadual. Em depoimento prestado ao Ministério Público de Londrina entre 11 e 12 de maio, o delator revela aos investigadores que o auditor fiscal Márcio de Albuquerque Lima chegou à Penitenciária Estadual de Londrina dizendo que “o Beto tá com a gente, hein, não esquece não”. “Ele bateu no peito e disse”, afirmou Souza, de acordo com o termo de colaboração firmado com o MP. Souza permanece preso.

Ex-inspetor geral de Fiscalização na Receita e parceiro de corridas automobilísticas do governador, Márcio de Al-

buquerque Lima chegou a ser preso no âmbito da Operação Publicano, deflagrada em março, e hoje responde a duas ações penais em liberdade.

Em outro depoimento prestado por Luiz Antônio de Souza, no dia 4 de maio, o auditor fiscal também fala da ligação do empresário Luiz Abi Antoun, acusado de comandar o esquema de corrupção na Receita, com o governador. Souza conta que, em 2010, quando Richa era candidato ao Executivo, Lima tentava se aproximar do tucano, na tentativa de ganhar um cargo de chefia dentro da Receita. Para ajudar Lima, Souza sugeriu que ele, então, se aproximasse “do primo do Beto Richa”, o Abi, quem “efetivamente tinha influência”.

“Nessa época (...), para aproximar-se de Beto Richa, Márcio [de Albuquerque Lima] deveria, na realidade, aproximar-se de Luiz Abi, o qual, segundo o depoente [Souza], já mandava nos bastidores do governo municipal desde quando Beto Richa era prefeito de Curitiba”, diz trecho do termo de declaração. A partir daí, segundo Souza, Lima passou a ajudar na campanha eleitoral do tucano, inclusive sendo liberado “infor-

malmente” por seus superiores na Receita Estadual, sem que fossem descontados os dias de falta ao serviço.

Em janeiro de 2011, primeiro ano do mandato de Richa, Lima foi nomeado delegado regional da Receita de Londrina, cargo que ocupou até junho de 2014. Na sequência, quando Richa já disputava a reeleição ao governo, Lima assumiu o comando da Inspetoria Geral da Receita.

“Na realidade, quem efetivamente manda na Receita Estadual do Paraná é Luiz Abi Antoun, e esse fato é de pleno conhecimento no governo e nas delegacias regionais, tanto que é Abi quem efetivamente decide quem ocupa os cargos de alto escalão da Receita Estadual”, reforçou Souza aos investigadores.

Na quinta-feira (8), a reportagem procurou a assessoria de imprensa do governador, que se manifestou por nota, na qual sustenta que “as declarações são absurdas e não encontram respaldo na verdade”. A reportagem deixou recado ao advogado Douglas Maranhão, que defende Lima, mas não obteve retorno. O advogado de Abi, Antonio Carlos Coelho Mendes, tem dito que só se manifesta nos autos.

09 OUT 2015

# GAZETA DO POVO

## Ação da 2.ª fase da Publicano é suspensa

LONDRINA

Fábio Silveira, do JI.

O desembargador Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), decidiu liminarmente pela suspensão da ação penal referente à segunda fase da Operação Publicano, deflagrada em junho. Ainda liminarmente, ele manteve todos os atos feitos até agora pelo juiz da 3.ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio.

A liminar foi concedida em uma reclamação feita pela defesa de José Luiz Favoreto Pereira, ex-delegado da Receita Estadual em Londrina, no começo de agosto. Favoreto, que foi detido no primeiro semestre tanto por causa da Publicano quanto por denúncia de envolvimento em crimes sexuais, foi preso novamente na quinta-feira (8), em Londrina, na deflagração da terceira fase da Publicano. Agora ele é acusado de ter feito a "lavagem" de cerca de R\$ 6 milhões, dinheiro que teria recebido como propina.

Na reclamação, a defesa de Favoreto alega que a citação dos deputados estaduais Ratinho Júnior (PSC) e Tiago Amaral (PSB) pelo auditor Luiz Antônio de Souza, ne acor-

do de delação premiada, significa que eles estariam sendo investigados em primeiro grau, o que é vetado pela legislação. Como deputados, os dois têm como foro o TJ — Ratinho Júnior ocupa o cargo de secretário estadual, que também tem foro privilegiado.

Lima Vieira diz que "há cristalina evidência de envolvimento de detentores de foro privilegiado na atividade delitiva", o que "determina a competência deste tribunal (TJ) para a instrução criminal". Segundo ele, ainda que a parte que trata dos deputados tenha sido remetida à Procuradoria-Geral de Justiça, quem decide isso é o Órgão Especial do TJ e não o juiz de primeiro grau.

O advogado Walter Bittar, que defende Favoreto, argumentou que "não é porque uma autoridade é mencionada que você pode dizer que é uma simples menção". A reportagem procurou Ratinho Júnior e Amaral, mas as assessorias não retornaram.

Já o coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em Londrina, Jorge Costa, classificou como "totalmente infundada, inverídica e incorreta" a argumentação acatada pelo TJ. "A interpretação do que foi levado ao desembargador não corresponde em absoluto com a realidade da investigação colocada na ação penal." O MP vai recorrer da decisão.

09 OUT 2015

# GAZETA DO POVO

## Cinco são presos em nova fase da operação

CURITIBA E LONDRINA

Angeli Maros e Fábio Silveira, do JI.

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina deflagrou uma operação para cumprir na quinta-feira (8) seis mandados de prisão, 12 de busca de apreensão e sete de condução coercitiva relacionados a uma nova etapa da Operação Publicano, que investiga a suposta organização criminoso formada por auditores da Receita Estadual, contadores e empresários para facilitar a sonegação fiscal mediante o pagamento de propina. Pelo menos cinco pessoas foram presas.

Nessa nova fase, que é a terceira da investigação, os trabalhos são voltados para tentar rastrear parte do dinheiro desviado. Além de Londrina, os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Curitiba. Já os de condução coercitiva acabaram sendo cumpridos em Londrina, Arapongas e Ibiporã.

O Gaeco também confirmou o cumprimento de mandados de "sequestro e arresto de bens". Em nota, o Ministério Público lista que, entre os bens que tiveram mandados para sequestro e arresto, estão embarcações, veículos, motos e equi-

pamentos de uma casa lotérica. Também constam da lista imóveis em Londrina e Porecatu e valores em dinheiro — as cifras não foram divulgadas.

O Gaeco rastreou cerca de R\$ 6 milhões que os investigadores apontam como "comprovadamente oriundo de corrupção" na Receita Estadual. O rastreamento identificou essa quantia em bens móveis e imóveis.

### Cinco presos

No início da manhã da quinta, o ex-delegado da Receita Estadual José Luiz Favoretto e o irmão dele, Antônio Pereira Júnior Favoretto, foram presos e levados para a sede do Gaeco em Londrina. Também foram confirmadas as prisões do advogado André Arruda e Leila Pereira, cunhada de Favoretto. Ela foi detida em Curitiba. Uma quinta pessoa foi presa, mas o nome não foi divulgado.

## LANCHA E JETSKI

Jorge Costa, coordenador do Gaeco de Londrina, afirmou que as investigações desta fase da Publicano tratam exclusivamente do suposto esquema de lavagem de dinheiro que envolveria o auditor fiscal José Luiz Favoretto cerca de R\$ 6 milhões. O Gaeco informou ter detectado a compra de uma lotérica com o dinheiro da propina, em nome do irmão de Favoretto, além de bens como uma lancha e um Jet ski.

09 OUT 2015

# GAZETA DO POVO

## Oposição quer começar o processo de impeachment ainda neste mês

Estratégia foi acertada em reunião de Cunha com oposicionistas. Desaprovação das contas de Dilma pelo TCU será o principal argumento

**BRASÍLIA**

André Gonçalves

Correspondente

Os próximos passos da análise das contas de 2014 do governo Dilma Rousseff dentro do Congresso Nacional vão se estender até o ano que vem, mas a oposição quer concluir a primeira etapa do processo do impeachment ainda neste mês e afastar a presidente do mandato até dezembro. Líderes de PSDB, DEM e PPS esperam que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), rejeite até a próxima quarta-feira (14/10) o recebimento da denúncia por crime de responsabilidade contra a presidente apresentada pelo advogado e ex-petista Hélio Bicudo.

Um dos principais argumentos do pedido são as “pe-

daladas fiscais” (uso indevido de recursos de bancos públicos para cobrir despesas do governo), condenadas por unanimidade pelo Tribunal de Contas da União (TCU). “Não há motivo para esperar uma decisão final do Congresso sobre as contas. O respaldo técnico do TCU é suficiente para nos ajudar a acabar com essa agonia o quanto antes”, diz o líder do PPS, Rubens Bueno.

O arquivamento da denúncia de Bicudo é o primeiro passo para o início do processo. A partir dele, qualquer parlamentar pode entrar com recurso para reverter a decisão do presidente em plenário. A aprovação do recurso depende de maioria simples — metade mais um dos presentes, a partir de um quórum mínimo de 257 deputados.

Cunha e a oposição ratificaram o acordo sobre esse procedimento em encontro, após o julgamento do TCU, na quarta-feira à noite. Após o despacho do presidente da Câmara recusando a denúncia, o prazo para apresentação do recurso é de cinco sessões. Depois disso, será necessária mais uma sessão para apreciação de requerimento de sessão extraordinária para votação do recurso.

Por esses prazos, se Cunha cumprir a promessa de arquivamento para o dia 14, a votação final sobre o recurso poderia ser feita até o dia 28. No caso de o plenário decidir receber a denúncia, haveria a notificação de Dilma, para que apresente sua defesa. A partir desse momento, a Câmara começa a avaliar se Dilma deve ir a julgamento, que é conduzido posteriormente pelo Senado.

Ao mesmo tempo em que notificaria Dilma, Cunha instalaria uma comissão especial para analisar a denúncia. Essa comissão teria 66 deputados titulares e igual número de suplentes, distribuídos entre todos os partidos ou blocos. Eles decidiriam, também em maioria simples, se o processo segue para o plenário.

Contabilizados todos os prazos máximos, a votação em plenário ocorreria até a metade de dezembro. Então, seriam necessários 342 votos para decidir favoravelmente pela abertura do julgamento no Senado (dois terços do total de 513 parlamentares).

**CONTINUA**

09 OUT 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CONTINUAÇÃO

Em caso de aprovação, a Câmara teria duas sessões para comunicar a decisão ao Senado. O afastamento das funções por 180 dias ocorreria após a instauração do processo pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. A presidente voltaria às funções caso fosse absolvida ou o processo não terminasse em 180 dias.

## OAB cria comissão para avaliar se pede o afastamento de Dilma

Após o TCU rejeitar as contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu na quinta-feira (8) criar uma comissão para avaliar se pedirá o impeachment da petista. O colegiado da OAB será responsável por elaborar um parecer depois de analisar os elementos que levaram o TCU a recomendar ao Congresso que o balanço seja reprovado. Os trabalhos da comissão devem durar 30 dias. O grupo vai analisar se Dilma tem responsabilidade e, portanto, se deve ser alvo de um pedido de impeachment ou se não há base jurídica para requerer o afastamento dela.

## BATALHAS EM SÉRIE

Apreciação das contas rejeitadas pelo TCU não é o único desafio legislativo de Dilma:

### ADMISSIBILIDADE DE IMPEACHMENT

A oposição quer que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, archive o pedido de impeachment formulado pelo advogado Hélio Bicudo para apresentar recurso ao plenário e começar o processo. Uma das motivações da denúncia são as pedaladas fiscais que levaram à rejeição das contas pelo TCU.

### Prazos

Se Cunha cumprir a promessa feita à oposição de arquivar o pedido na próxima quarta-feira (14/10), o recurso pode ser votado em plenário duas semanas depois (28/10). A decisão final que levaria ao afastamento poderia ser votada em dezembro.

### Votos

O recurso de desarquivamento depende de aprovação por maioria simples. Ou seja, metade mais um dos presentes, a partir de um quórum mínimo de 257 deputados.

### VETOS

Após uma nova tentativa frustrada de votar seis vetos, dentre eles a nova política de reajuste dos aposentados e o aumento dos servidores do Judiciário (que juntos terão impacto de R\$ 15,7 bilhões no orçamento de 2016), os temas continuam pendentes.

### Prazos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que só convocará uma nova sessão do Congresso para votar o tema em "momento oportuno". A tendência é que seja nas próximas duas semanas.

### Votos

Para derrubar os vetos de Dilma, a oposição precisa de maioria absoluta: 41 senadores e 257 deputados em sessão do Congresso. Se um dos dois números não for atingido, o veto é mantido.

### CPMF

O texto está em análise atualmente na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Depois segue para comissão especial e deve chegar ao plenário em meados de novembro.

### Prazos

O texto está em análise atualmente na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Depois segue para comissão especial e deve chegar ao plenário em meados de novembro.

### Votos

Por se tratar de emenda constitucional, o governo precisa de maioria de três quintos. Ou seja, 308 votos na Câmara e 49 no Senado.

### REJEIÇÃO DAS CONTAS

O parecer negativo do TCU sobre as contas de 2014 chegou na quinta-feira ao Congresso. Ele começa a tramitar na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

### Prazos

O prazo para a votação final pelo plenário do Congresso é de 82 dias. Acaba em 29 de dezembro, quando os parlamentares estarão em recesso. Com isso, a decisão deve ficar para fevereiro.

### Votos

A aprovação da rejeição das contas precisa de maioria simples: metade mais um dos presentes, a partir de um quórum mínimo de 257 deputados.

09 OUT 2015

# GAZETA DO POVO

## **PGR confirma que Cunha tem contas secretas na Suíça**

BRASÍLIA  
Folhapress

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, confirmou em ofício encaminhado à Câmara dos Deputados que há contas bancárias na Suíça em nome do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e de seus familiares. Segundo o ofício, os saldos foram bloqueados pelas autoridades suíças. Janot não informou, porém, o valor bloqueado. As contas supostamente teriam sido abastecidas com dinheiro desviado da Petrobras.

O documento assinado por Janot foi feito em resposta a requerimento feito pela bancada do PSol na Câmara. O partido informou na quinta-feira (8) que ingressará na terça-feira (13) no Conselho de Ética da Casa com um pedido de cassação do mandato de Cunha por quebra de decoro parlamentar.

No ofício, Janot também informa que a investigação do Ministério Público suíço no caso de Cunha se refere aos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção.

O procurador-geral ressalta ainda que, embora a lei permita haver sigilo sobre informações relacionadas a investigações criminais em andamento, o caso de Cunha é diferente já que ele preside a Câmara, se inserindo na categoria de "pessoa politicamen-

te exposta — cidadãos que por sua posição institucional ou funcional estão sujeitos a mais estritos critérios de transparência".

### **Força**

Na avaliação do PSol, o ofício de Janot dá força ao pedido de cassação de Cunha ao Conselho de Ética, pois a denúncia estará embasada por informações oficiais e não por meras notícias de jornal.

O PSol está atuando em diversas frentes para tentar afastar Cunha da Presidência da Câmara e fazê-lo perder o mandato. Se isso ocorrer, o peemedebista perde o foro privilegiado. Na quarta (7), trinta deputados federais de sete partidos políticos protocolaram na Corregedoria da Câmara uma representação pedindo a abertura do processo de cassação de Cunha.

A corregedoria é um órgão auxiliar da Mesa da Câmara, presidida por Cunha. Já o Conselho de Ética, embora controlado por aliados, é o setor que pode aprovar a cassação — ela só se efetiva, porém, com o voto em plenário de pelo menos 257 dos 513 deputados.

## **OUTROLADO**

Questionado na quinta-feira (8) sobre o ofício de Rodrigo Janot, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, mais uma vez se negou a comentar o assunto. "São variações do mesmo tema, contraditórias umas com as outras. Se for notificado, quando for notificado, no conteúdo que tiver, meus advogados vão falar."

09 OUT 2015

# GAZETA DO POVO

## Morre preso arremessado do telhado durante motim em Londrina

Fábio Calsavara, do Jornal de Londrina

▮ O preso arremessado do telhado pelos detentos durante a rebelião na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL II), no Norte do Paraná, não resistiu aos ferimentos e morreu na noite de quarta-feira (7). O jovem, de 28 anos, identificado como Éder Henrique Lopes da Silva, sofreu traumatismo craniano. Éder era um dos 11 presos tomados como reféns na rebelião.

Ainda na quinta-feira (8), fotos divulgadas pelo sindicato dos agentes penitenciários, o Sindarspen, mostraram a PEL II destruída, com marcas de incêndio nas paredes e no piso. Ainda não há uma conta dos prejuízos. Em coletiva na quarta-feira (7), o Depen-PR informou que o motim foi ordenado por uma facção criminosa, com o objetivo de criar distração para uma fuga em massa. Durante e após o fim do motim, pelo menos dois detentos escaparam. Um foi recapturado.

## Ex-diretor da Petrobras passa a cumprir pena no regime semiaberto

▮ O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa passou a cumprir pena em regime semiaberto no início deste mês. O ex-diretor foi condenado a sete anos e seis meses de prisão na primeira sentença envolvendo a Petrobras, mas por causa do acordo de colaboração premiada firmado com o Ministério Público Federal (MPF), apenas um ano da pena foi cumprido em prisão domiciliar. A partir de agora, Costa está liberado para passar os dias fora de casa, mas ainda precisa estar na residência a partir das 20 horas e nos fins de semana. Esse novo regime, denominado de semiaberto diferenciado, deverá ser cumprido até 1º de outubro de 2016. Costa é o primeiro réu condenado da Lava Jato a ter a pena progredida.

## Derosso e empresários terão de devolver mais R\$ 787,8 mil à Câmara

▮ O Tribunal de Contas do Paraná (TC) determinou a devolução de mais R\$ 787.764,26 aos cofres da Câmara de Curitiba por irregularidades nos gastos com publicidade entre 2006 e 2011, período em que a Casa foi presidida pelo ex-vereador João Claudio Derosso. Além do ressarcimento, Derosso, dois ex-servidores do Legislativo e quatro empresários receberam 70 multas, que somam cerca de R\$ 675 mil. Cabem recursos das decisões. A soma a ser devolvida se refere às determinações impostas em seis processos de tomada de contas extraordinária julgados. Até agora, foram analisados oito processos de um total de 58 em relação aos gastos com publicidade da Câmara em parte da gestão Derosso – os outros 50 seguem em trâmite. A devolução de recursos pelos ex-gestores do Legislativo e por empresários já chega a R\$ 1,8 milhão.

09 OUT 2015

## BEMPARANÁ

Operação Publicano

### Gaeco prende quatro em terceira fase do caso

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual deflagrou ontem a terceira fase da Operação Publicano — que investiga um esquema de cobrança de corrupção na Receita Estadual envolvendo auditores fiscais e empresários. Foram expedidos seis mandados de prisão, doze de busca e apreensão e sete conduções coercitivas, além de mandados de sequestro e arresto de bens. Nesta etapa, está sendo apurado especificamente o crime de lavagem de dinheiro.

Quatro pessoas foram presas — entre elas o ex-delegado da Receita José Luiz Favoreto, o seu irmão, Antônio Pereira Junior Favoreto, a esposa de Antônio, Leila Pereira, e o advogado André Arruda. Favoreto já havia sido preso anteriormente e liberado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Outros dois empresários são considerados foragidos.

Segundo as investiga-

ções do MPE, os presos usavam empresas fantasmas para “lavar” o dinheiro proveniente de propina cobrada de empresas devedoras da Receita. Essas operações incluíam compra de imóveis em valores abaixo do mercado, simulação de prestações de serviços e negociação de títulos de “créditos podres” ou fraudulentos, segundo o coordenador do

Gaeco em Londrina, Jorge Barreto. O esquema teria movimentado quase R\$ 6 milhões usados para comprar carros,

motos, barcos, imóveis em Londrina e Porecatu e uma lotérica em Curitiba, de acordo com o Gaeco.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Londrina e Curitiba, e os de condução coercitiva em Londrina, Arapongas e Ibiporã. Foram ordenados sequestro e arresto de embarcações, veículos e motos e equipamentos de uma lotérica, além de imóveis em Londrina e Porecatu e, ainda, valores em dinheiro.

Grupo teria usado R\$ 6 milhões para comprar carros, motos, barcos e imóveis e “lavar” dinheiro



09 OUT 2015

## BEMPARANÁ

### OAB cria comissão para avaliar cassação

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB nacional), anunciou ontem, que vai criar uma comissão para analisar os aspectos jurídicos e a existência ou não de crime praticado pela presidenta Dilma Rousseff com relação às contas de 2014 do governo, rejeitadas ontem (7) pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para decidir se propõe o impeachment de Dilma ao Congresso.

Segundo a assessoria da OAB, a comissão deve ser instituída no início da próxima semana. As contas do governo relativas ao ano passado foram rejeitadas pelo TCU, acompanhando o voto

do relator do processo, ministro Augusto Nardes. O tribunal enviará sua recomendação ao Congresso, que poderá acatar o parecer ou rejeitá-lo.

“É indiscutível a gravidade da situação consistente no parecer do TCU pela rejeição das contas da presidente da República por alegado descumprimento à Constituição Federal e às leis que regem os gastos públicos. A OAB analisará todos os aspectos jurídicos da matéria e a existência ou não de crime praticado pela presidente”, afirmou o presidente nacional da Ordem, Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

## JORNAL DO ÔNIBUS

### OAB cria comissão para analisar impeachment



A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) criou uma comissão interna de juristas para analisar o parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) que recomendou a rejeição das contas do ano passado do governo da presidente Dilma Rousseff.

Se concluir que houve responsabilidade direta da petista nas irregularidades, o Conselho da OAB poderá apresentar ao Congresso um pedido de impeachment da presidente.

Em sessão realizada nesta quarta, por unanimidade, os ministros do TCU consideraram que o governo cometeu uma série de irregularidades, entre as quais as chamadas “pedaladas fiscais”, e com isso feriu a Constituição e as leis. ■

## NOTA POLÍTICA

### Operação Publicano

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual dellagrou hoje a terceira fase da Operação Publicano – que investiga um esquema de cobrança de corrupção na Receita Estadual envolvendo auditores fiscais e empresários. Estão sendo cumpridos seis mandados de prisão, doze de busca e apreensão e sete conduções coercitivas, além de mandados de sequestro e arresto de bens. Nesta etapa, está sendo apurado especificamente o crime de lavagem de dinheiro.

09 OUT 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Juiz manda suspender ação

Fábio Silveira  
do Jornal de Londrina

O desembargador Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira suspendeu a ação penal referente à segunda fase da Operação Publicano, deflagrada em junho deste ano. O magistrado atendeu uma reclamação feita pela defesa de José Luiz Favoreto Pereira, ex-delegado das Receita Estadual em Londrina, no começo de agosto.

Favoreto, que foi detido no primeiro semestre, foi preso novamente na manhã de ontem, em Londrina, na terceira fase da Operação Publicano. Nesta fase, o ex-delegado é acusado de ter "lavado" R\$ 6 milhões. O dinheiro teria sido recebido como propina.

Na reclamação ao Tribunal de Justiça, a defesa de Favoreto alega que a citação dos deputados estaduais Ratinho Júnior (PSC) e Tiago Amaral (PSB) pelo auditor Luiz Antônio de Souza, no acordo de delação premiada, compromete a investigação pelo juiz de primeira instância.

Como deputados, os dois têm como foro o Tribunal de Justiça. Ratinho Júnior está licenciado da Assembleia Legislativa e ocupa o cargo de secretário estadual, que também tem foro privilegiado.

09 OUT 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ

MÃE DE EDENILSON PERGUNTA  
TODOS OS DIAS

CADÊ  
O PIA?

Aos 25 anos, ele sumiu quando a PM fez uma batida na casa à procura de droga. Polícia diz que ele pulou o muro e fugiu, mas testemunhas o viram sendo torturado. Lá se vão dois anos sem ele, vivo ou morto.

09 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

# A LONGA ESPERA



Enquanto o corpo do filho não aparecer, Marineusa não acredita que ele está morto

Edilson Pereira  
edilsonp@tribunadoparana.com.br

**N**a casa humilde de cores alegres mora uma família triste. É a de número 130, na Rua Odair Coelho Polidoro, no Guarituba, em Piraquara. Casa da viúva Marineusa Rodrigues, 55 anos, e de suas três filhas e netos. Casa construída enquanto trabalhava fora. A existência da casa foi possível porque o filho Edilson Murilo Rodrigues, então com 15 anos, cuidava de tudo. Era o único filho homem. Embora não

tivesse empregos duradouros, trabalhava e ajudava a família. Marineusa se lembra de seu último Dia das Mães alegre. Foi aquele em que ela o viu. Ele avisou que ia passar na casa da mãe para almoçar. Foi no dia 19 de maio de 2013. Na segunda-feira aconteceu um episódio grave e desde o dia 21 daquele mês e ano Edilson nunca mais apareceu.

O que aconteceu foi o seguinte: Edilson, que tinha 25 anos, morava com Marilucia de Freitas, de 38 anos, de quem se suspeitava envolvimento com o comércio de drogas. Marilucia era mãe de uma garota de 7 anos, chamada Emily, que chamava de pai o companheiro da mãe. Na segunda-feira, dia 20 de maio, à noite, uma viatura da Rone (Rondas Ostensivas de Naturezas Especiais), com

sete policiais, abordou um amigo de Edilson, também chamado Edilson Miller Barreto, amizade de quinze anos. Barreto foi revistado e foram apreendidas quatro pedras de crack. Ele foi intimado a revelar o nome do traficante de quem comprou a droga. Segundo Barreto, ele foi torturado. E, debaixo de tortura, confessou que conseguiu a droga numa chácara em que morava Edilson Murillo e a companheira Marilucia.

**CONTINUA**

# TRIBUNA DO PARANÁ

09 OUT 2015

CONTINUAÇÃO

Os policiais colocaram Barreto na viatura e foram até a casa de Edenilson Murillo e de sua companheira Marilucia. Os policiais permaneceram duas horas na casa tentando saber de quem Edenilson conseguiu a droga, porque revistaram a casa e não encontraram nada. A partir deste ponto, as versões são desconstruídas. A polícia teria trancado Marilucia e Emily no quarto, enquanto Edenilson, que estava na cozinha, pulou o muro e sumiu. A polícia alega que não tem mais nada com isso. Desapareceu e não apareceu. Barreto disse que depois de algum tempo na viatura, ele foi levado para o interior da casa, quando se deparou com Edenilson com pés amarrados, sangrando e aparência de quem não conseguia respirar.

A versão mais contundente, no entanto, foi dada por Emily para a mãe de Edenilson que ao saber que houve alguma coisa de anormal na casa do filho naquela noite, após um telefonema de Marilucia, assim que a polícia foi embora. Ela lá foi lá conferir. "Marilucia contou a versão de que ela não sabia de nada porque estava trancada no quarto com a filha. Mas a menina me disse que ela viu os policiais colocarem o corpo do pai na viatura", conta Marineusa. "Ele estava enrolado num edredon", teria dito Emily. E neste instante, Marilucia olhou de cara feia para a filha como se ela tivesse dito algo que não podia ser dito.

Uma versão mais sucinta do caso foi apresentada pelo Gaeco. Edenilson foi torturado

pelos policiais com técnicas de sufocamento e afogamento, mediante uso de saco plástico na cabeça e água. Ele perdeu os sentidos por várias vezes e foi acordado a tapas, "até que veio a falecer em decorrência das agressões sofridas". O corpo foi enrolado em um cobertor e colocado em uma viatura. E desde então foi dado como desaparecido. Os policiais foram temporariamente afastados. E tudo ficou por isso mesmo.

**"Ele estava enrolado num edredon", disse Emily**

**"Eu tenho medo"**

"Tem cinquenta testemunhas e os policiais nem foram ouvidos. Só vou acalmar meu coração no dia em que eu tiver uma resposta. Alguém tem que abrir a boca. Por que a menina viu e ninguém mais viu? Mas às vezes eu tenho medo que façam alguma coisa comigo. Às vezes eu atendo o telefone, penso que é meu filho, mas ninguém fala nada, é só uma respiração do outro lado. Mas até onde a história chegou, eu tenho que ir em frente, eu tenho que botar a boca no trombone. É um direito meu. É meu filho. Até hoje quando eu vou ao mercado, as pessoas me perguntam se eu tenho notícias. Eu tenho muita saudade dele. Eu ligava todos os dias para ele. Ele era uma pessoa que estava precisando de ajuda e não de tortura. Depois que tudo isto aconteceu, a gente fica fora da casinha. Não tem mais aquela alegria. Um dia a resposta vai vir para nós. No final das contas, a gente acaba sendo torturada também. É uma tortura muito grande na vida da gente".

**"Você está com essa?"**

"Ele estava dois anos com a Marilucia. Quando eu perguntava com quem ele estava, ele dizia que era uma mulher aí. Ele nunca contava. Quando eu a vi eu não acredito. Você está com essa aí? Era o tipo de mulher que dormia de dia e sala à noite. Ele respondeu, ah, mãe, nada a ver. Eu acho que a polícia chegou nele através dela. Eu fiquei sabendo que ele usava drogas quando eu fui procurar ele no IML. Quando ele vinha em casa, ele vinha perfeito. E nem sabia o que era, se era maconha ou outra coisa. Foi o Edenilson Barreto que levou a polícia lá."

**"O outro só assinou"**

"O Edenilson Barreto só foi na delegacia se apresentar para assinar o termo circunstanciado. Ele foi só na mesma noite. Me dá uma revolta quando eu leio as reportagens sobre a morte do meu filho. Ele deixou uma filha chamada Eloá, que na época tinha três anos. Ele teve a filha com uma menina, a Jessica dos Santos. Quando ela começou a se envolver com esta outra moça, a Jessica se assustou e queria fazer logo o divórcio. Tudo isto começou porque o Edenilson Barreto, que era mudo, estava com droga. E a mãe dele viu e chamou a polícia."

**Marilucia diz que não viu**

Marilucia de Freitas disse à época que jogava baralho com dois amigos de Edenilson (Ricardinho e Leonardo), quando a polícia apareceu. "Ele saiu correndo e não vi mais nada. Só ouvi policiais gritando 'ganil'", disse. Ela sugeriu que Edenilson teria pulado o muro dos fundos da chácara. Ele não sabe se ele foi capturado pelos policiais alegando que eles me colocaram em um cômodo com a minha filha e não sei se meu marido foi apanhado. Só ouvi alguns policiais do lado de fora conversando entre eles e rindo". Esta versão, no entanto, é colocada em dúvida pela mãe do rapaz.

CONTINUA



# RONDA PELA CIDADE

A vida de Marineusa é andar pelas ruas com a foto do filho e perguntar: "Vocês não viram esse piá por aí?"

Edilson Pereira  
edilsonp@tribunadeparana.com.br

**N**o dia seguinte ao desaparecimento do filho, Marineusa Rodrigues iniciou uma romaria para encontrar o seu paradeiro ou informação sobre o seu corpo. Até hoje não encontrou nem um, nem outro. Ela não sabe se ele está pelas ruas ou num cemitério clandestino ou mesmo numa vala comum num terreno baldio. A procura começou por todos os lugares do bairro em que mora, nos pontos de ônibus de Piraquara e depois em Curitiba. Ela foi aos hospitais, foi ao IML e nem sinal. Ela o procura até hoje. "Eu cheguei a procurar meu filho entre os mendigos de Curitiba, porque diziam que ele poderia estar entre eles e não achei. Cheguei a ir até a Morretes, porque um motorista disse que tinha visto alguém parecido com ele. Mas nada. Acho que meu filho morreu, mas não posso aceitar isso enquanto não ver o corpo dele. Porque todo morto tem um corpo. Enquanto não ver o corpo, para mim o meu filho está vivo", disse ela.

Na realidade, o que existe de Edilson Murilo Rodrigues é a lembrança dele numa velha foto desbotada e a esperança de que se ele estiver morto, tenha pelo menos um enterro decente. Enquanto isso, a mãe vai vivendo de lembranças. "Ele não tinha pai. Ele era o homem da casa. Ele ajudou a construir a nossa casa. A cerâmica do chão foi ele quem escolheu. Ele sempre me ajudava. Ia ao mercado e trazia a compra para casa. Ele gostava de cozinhar. Ele fazia torta de frango. Era um bom filho. Nunca tirou nada de casa. Quando começou a viver com aquela moça, eu comecei a desconfiar de alguma coisa. Eu não sabia do envolvimento com drogas, mas vivendo com aquela mulher (Marilucia de Freitas), eu fiquei desconfiada. Eu queria que ele viesse para casa. Aconteceu aquilo. Disseram que ele tinha fugido. Eu tenho muitas perguntas. Bastante. Eu achó que eles (os policiais) foram lá, não encontraram nada e fizeram uma covardia", relata a mãe.

"Embora tudo leve a crer que ele esteja morto, eu ainda tenho esperança. Eu acredito que ele esteja vivo. Eu quero acreditar que a polícia não

foi tão violenta ao ponto de tirar a vida dele. Mas o problema é que ninguém dá resposta. Deixa tudo mais difícil, complica mais o fato de que os policiais são suspeitos. Eles fazem tudo para não esclarecer nada. Eles disseram que não puseram a mão no meu filho. Mas as testemunhas dizem que eles ficaram na casa duas horas com ele. O que ficaram fazendo, então? Meu filho não era de briga. Ele não brigava nem com cachorro. Eu me lembro de quando nasceu a filha dele, ele ficou feliz. Aonde eu vou, eu procuro por ele. Era o meu único filho", diz a mãe com uma máscara de dor no rosto.

"Eu fico pensando. Por que não levou todo mundo para a delegacia? Se estava fazendo coisa errada, que fosse preso. Mas não precisava judiar. Não precisava matar. Tinha mais gente na casa. Todo mundo ficou quietinho, não sofreu nenhum arranhão, só ele. Por que só ele? A gente se põe no lugar dele e fica pensando o que ele sofreu nesta hora: Houve um boato de que ele estava perambulando como mendigo na Praça Manoel Eufrásio, na Rodoferroviária. Eu fui lá para ver se ele estava vivo e perdido por aí. Fui ao lugar onde recolhem meninos. Eu mostrei a foto dele. E perguntei: Vocês não viram este piá por aí?"

08 OUT 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### STF – 2ª Turma determina cumprimento da pena imposta a jornalista por injúria

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que a condenação imposta pela Justiça paulista ao jornalista Paulo Henrique Amorim, pelo crime de injúria contra o também jornalista Merval Pereira, deve ser cumprida imediatamente, independentemente da publicação do acórdão do julgamento dos embargos de declaração no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 891647. Os ministros consideraram a natureza protelatória dos embargos e levaram em conta a possibilidade de prescrição penal para decidir pelo imediato cumprimento da sentença.

Amorim foi condenado à pena de 1 mês e dez dias

de detenção, convertida em pena restritiva de direitos – pagamento de 10 salários mínimos (valor posteriormente aumentado para 30 salários mínimos) –, por publicação feita em seu blog, em 2012. Ele recorreu ao STF, mas o recurso teve seguimento negado pelo relator, uma vez que, segundo Celso de Mello, a análise do caso dependeria do exame de matéria fático-probatória, o que é vedado pela súmula 279 do STF.

Inicialmente, a defesa de Amorim questionou essa decisão do decano do STF por meio de embargos de declaração, recebidos como agravo regimental, ao qual foi negado provimento pela Turma em julgamento realizado em setembro deste ano. Os advogados,

então, apresentaram embargos de declaração contra a decisão do colegiado e, na sessão de hoje, o relator votou pela rejeição do recurso, considerou-o procrastinatório.

“A evidente ausência, no caso, dos pressupostos de embargabilidade, de um lado, e a possibilidade de iminente consumação da prescrição penal, de outro, levam-me, na linha da jurisprudência firmada pelo STF, inclusive em matéria penal, como na espécie, a propor a imediata devolução dos presentes autos à origem e o pronto cumprimento da condenação penal imposta ao ora embargante, independentemente da prévia publicação do acórdão pertinente a este julgamento”, concluiu o decano.

### Procuradoria Regional da República quer investigar irregularidades em prisão da Marinha

A Procuradoria Regional da República da 2ª Região (PRR2) quer que as condições da prisão da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo (EAMES) sejam investigadas. Denúncia afirma que o comandante da unidade teria ocultado, durante inspeção da OAB/ES, as reais condições do ambiente onde os alunos ficam detidos, descrito como uma “solitária” com temperatura interna de até 40 graus.

Segundo a denúncia recebida pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/ES e enviada à Procuradoria da República no Espírito Santo (PR/ES), o comandante apresentou à Comissão apenas uma das salas de detenção, que foi previamente higienizada para ocultar o real estado das instalações.

Embora seja de competência militar a investigação sobre a conduta do coman-

dante, o Núcleo de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão da PRR2 (NAOP2) defende que o MPF investigue as condições em que a unidade prisional da EAMES é mantida, já que a precariedade “pode acarretar lesões aos direitos fundamentais daqueles que estejam detidos”, como afirma o procurador regional da República Celso de Albuquerque.

08 OUT 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LEANDRO MAZZINI

### Justiça investiga gastos milionários nas buscas no Araguaia

Mal perdeu status de ministério, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) está numa encrência judicial. A juíza Solange Salgado, da 1ª Vara Federal em Brasília, determinou em despacho que a Procuradoria da República investigue gastos milionários do Grupo de Trabalho da Presidência responsável pela busca de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, sob coordenação da SDH. Há série de convênios sob suspeita – um deles de R\$ 10 milhões, sob tutela da ex-guerrilheira Crimeia de Almeida. A Justiça quer entender como se gastou tanto com nenhum resultado nas expedições dos últimos anos.

#### **PASSEIO**

O processo segue em segredo de Justiça. Há informações já confirmadas de que o GTA trocou pesquisadores por familiares das vítimas nas expedições, com gastos elevados.

#### **NA MIRA**

Quem passou a investigar o GTA e suas ações e platinilhas é o procurador Felipe Fritz, do 1º Ofício de Cidadania da Procuradoria da República no DF.

#### **SILÊNCIO ESTRATÉGICO**

A juíza e o procurador não vão se pronunciar por se tratar de segredo de Justiça. A SDH informou que ainda não foi notificada. Crimeia não foi localizada.

#### **MARCO AURÉLIO COBRA "BANHO DE ÉTICA" PARA HOMENS PÚBLICOS E CIDADÃOS**

*O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal afirmou ontem que falta ao Brasil "um banho de ética para homens públicos e também para os cidadãos". Empossado na manhã desta quarta-feira presidente do Instituto UniCeub de Cidadania (IUC), o ministro destacou a importância do efeito do comparecimento às urnas nos dias de eleições. Segundo ele, é o momento em que o cidadão pode fazer muito pelo Brasil.*



08 OUT 2015

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MAYTA LOBO DOS SANTOS

## UMA NOVA CULTURA, SOCIAL E JURÍDICA, POR MEIO DA MEDIAÇÃO

A importância do Poder Judiciário nas conquistas sociais é inegável. Todavia, para efetivar direitos fundamentais, era preciso, primeiro, ser acessível. Desta forma, para garantia do acesso à justiça, foi necessário ultrapassar alguns obstáculos, os quais foram superados por meio da justiça gratuita, da coletivização do processo e da criação de meios alternativos de solução de conflitos.

Devido a maior acessibilidade, o número de demandas propostas tornou-se exageradamente desproporcional à estrutura organizacional e humana do Poder Judiciário, que passou a ser mais lento e mais ineficaz, surgindo um novo entrave. Diante desse cenário de crise, surgiram outras possibilidades, como o implemento da mediação.

O sistema tradicional de justiça, de forma muito simplista, se presta a solucionar os conflitos advindos da sociedade da seguinte forma: havendo um litígio entre dois indivíduos, cada um deve contratar um advogado. Chegando ao Poder Judiciário, as partes apresentam seu pedido (lide) e são tratadas como adversárias, sendo recepcionadas pelo juiz, que se limita a analisar a pretensão apresentada a ele. O cenário da audiência é próprio para a disputa adversarial. A este panorama, nada acolhedor, pode ser acrescentado uma delonga temporal e uma sentença que não satisfaça a nenhuma das partes. Com isso, podemos colher frustração e a criação de um ambiente propício para novos conflitos, que irão resultar em no-

vas demandas judiciais.

Uma alternativa, viável, na busca pela superação desses entraves, é a mediação, por ser um procedimento estruturado que propõe uma mudança de paradigma face ao conflito, não o tratando como algo a ser superado, mas sim como uma oportunidade de mudança. Esse método confere aos interessados uma nova percepção do problema, ampliando seus pontos de vista e propiciando a troca de perspectivas, gerando, assim, uma solução mais eficaz. Esse modelo não adversarial, mas auto-compositivo, permite uma participação mais efetiva dos envolvidos que passam a ser os protagonistas do processo. Ele confere, ou melhor, devolve, às pessoas a capacidade de elas próprias resolverem seus conflitos. Esta participação conjunta na tomada de decisão requer envolvimento e resulta em maior comprometimento quanto à execução do resultado acordado. Para construção dessa harmonia, faz-se necessário um maestro, o mediador, profissional devidamente capacitado, legitimado, neutro e imparcial, que tem a função de conduzir, facilitar, o diálogo entre os interessados, estudando a situação e planejando o processo que possibilitará uma comunicação ordenada e compreensível.

**Mayta Lobo dos Santos:** Professora Mestre responsável pela Clínica de Mediação do Núcleo de Prática Jurídica do UniBrasil